

Indicadores alternativos de desenvolvimento econômico, social e ambiental e as resistências à sua utilização

Erivelton Guizzardi¹

Giovani Costa de Oliveira²

Bruno Silva Oliveira³

Duarte de Souza Rosa Filho⁴

Resumo

Este ensaio tem por objetivo apresentar os novos indicadores alternativos e complementares ao Produto Interno Bruto (PIB) para mensurar o desenvolvimento das nações ou regiões, assim como discutir o contexto que leva os governantes públicos a não os adotarem. Tem-se como hipótese que esses indicadores mostrariam a necessidade de ações políticas focadas na melhoria da qualidade de vida das pessoas, na redução da desigualdade social e na sustentabilidade ambiental, o que é contrário à ideologia propagada pelos defensores do modelo de globalização neoliberal. Por fim, é possível constatar que a utilização dos indicadores alternativos resolve apenas uma parte do problema, que é a realização de um diagnóstico sobre as condições de vida das pessoas. As mudanças necessárias, no entanto, envolvem questões político-econômicas que remetem a uma discussão teórica quanto ao papel do Estado e dos mercados.

Palavras-chave: Globalização; Neoliberalismo; Crescimento econômico; Bem-estar social; Sustentabilidade.

Introdução

Para a teoria econômica, ao longo das últimas décadas, a globalização e o neoliberalismo promoveriam uma maior homogeneidade, assim como uma diminuição das diferenças regionais pela especialização da produção entre as nações. De acordo com esta perspectiva, considera-se como o fim último das ações humanas sempre o máximo crescimento econômico, ou seja, maior

¹ Administrador no Instituto Federal do Espírito Santo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e bacharel em administração pela Universidade Federal do Espírito Santo.

² Assistente em Administração no Instituto Federal do Espírito Santo – Campus de Alegre. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), bacharel em gestão do agronegócio pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2010.

³ Engenheiro Civil da TDB Produtos & Serviços. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), especialista em gestão de projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2013), engenheiro civil pela Universidade Federal de Viçosa (UFV, 2010).

⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutor em administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em ciências em transportes, Instituto Militar de Engenharia (IME).

produtividade e competitividade. Mas, como resultado desta visão econômica, ocorre uma maior concentração de recursos e uma extensão do domínio de um pequeno número de nações sobre as demais. (BOURDIEU, 1998)

Uma avaliação significativa do desenvolvimento econômico dificilmente pode se pautar por relatórios de renda média ou mediana, mas precisa levar em conta um conjunto de fatores econômicos, sociais e ambientais. Alguns estudos demonstram que a maior parte do crescimento da renda nos Estados Unidos no início do século XXI foi capturada pelas famílias que já possuíam uma renda mais elevada. Enquanto França e na Alemanha, a parcela da população de renda mais baixa obteve um aumento em sua renda graças aos mecanismos de redistribuição via impostos e subsídios. Já a classe média foi prejudicada nos dois casos de alterações na distribuição de renda (CAE & GCEE, 2010).

Logo, torna-se necessário considerar não apenas os fatores econômicos, como também os sociais e ambientais na definição das políticas econômicas. A eficiência precisa ser entendida, não apenas como a rentabilidade financeira para os acionistas e investidores no curto prazo, mas também como a satisfação e a concordância dos clientes ou usuários, dos produtores e dos consumidores. É necessário buscar alcançar a chamada economia da felicidade, onde são contabilizados os lucros e os custos, individuais e coletivos, materiais e simbólicos (BOURDIEU, 1998).

Este artigo tem por objetivo apresentar os indicadores alternativos para medir o desenvolvimento das nações ou regiões juntamente com o PIB, assim como discutir o contexto que leva os governantes públicos a não os adotarem. Tem-se como hipótese que os novos indicadores alternativos mostrariam a necessidade de ações políticas focadas na melhoria da qualidade de vida das pessoas e que, por isso, seriam desconcentradores da renda, sendo contrários à forma atual de capitalismo neoliberal, concentrador da riqueza entre indivíduos, organizações e nações.

O presente artigo está dividido em quatro partes. Além desta introdução, na segunda parte discute-se sobre a existência dos indicadores alternativos e suas principais características. Em seguida, procura-se expor os principais aspectos que compõem o contexto do modelo do capitalismo neoliberal globalizado, os quais poderiam ser considerados como limitações para a

divulgação e a utilização dos indicadores alternativos. Por fim, apresentam-se as considerações finais do artigo, incluindo algumas propostas alternativas para se fomentar um desenvolvimento mais equilibrado.

Indicadores alternativos ao PIB na mensuração do desenvolvimento econômico, social e ambiental

Após a Grande Depressão de 1929, os economistas e contabilistas norte-americanos dedicaram-se ao desenvolvimento de um indicador que permitisse a mensuração da atividade econômica. O resultado desses estudos foi o desenvolvimento do Produto Interno Bruto. (PIB) Este indicador é composto de duas partes: o valor comercial agregado de todos os bens e serviços vendidos num determinado país durante um dado ano; os custos dos serviços não comerciais das administrações públicas, como ensino, e os serviços ofertados pelos governos federal, estaduais e municipais. Pode-se afirmar que este indicador mensura apenas a criação e o fluxo da riqueza comercial e monetária (GADREY; JANY-CATRICE, 2006).

Gadrey (2001) alerta para a necessidade de se avaliar o aumento da riqueza para além da noção de crescimento e produtividade (expansão econômica), ou seja, mensurar também a multidimensionalidade do desenvolvimento socioeconômico. Por exemplo, mudanças na taxa de desemprego, na taxa de pobreza, inseguranças, quantidade de horas e condições ambientais de trabalho, os estados de desigualdade e de saúde, do meio ambiente, as condições de vida e trabalho. Isso constitui, segundo o autor, a definição de "bem-estar econômico.

O conceito de riqueza foi ampliado, no início do século XXI, na tentativa de abranger também os indicadores do bem-estar, da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável proporcionados à população e ao meio ambiente. Isto incentivou o desenvolvimento de muitos outros indicadores. Mas estes indicadores não são utilizados muito menos divulgados seja pelos economistas e contabilistas, pelos governos ou pela grande mídia (HALL *et al.*, 2010).

Para demonstrar que as noções de PIB e de crescimento econômico estão distanciadas das ideias de bem-estar e de desenvolvimento social, exemplifica-se que uma sociedade na qual as pessoas dirigem com maior

prudência tende a possuir um PIB menos volumoso do que uma sociedade que possui um elevado índice de acidentes de trânsito. Isto acontece porque o segundo tipo de sociedade demanda maiores gastos em cuidados médicos, reparos de veículos, serviços de emergência, entre outros. Mas, neste caso, também há uma perda substancial no bem-estar de sua população, seja pelo número de mortes, pelas mutilações ou a incapacidade de locomoção geradas pelos acidentes (GADREY; JANY-CATRICE, 2006).

No início de 1990 foram desenvolvidos os dois primeiros indicadores alternativos de desenvolvimento: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o *Kids Count Index*, que avalia o bem-estar infantil. Sua quantidade aumentou para uma dezena em 1995 e para vinte e nove entre os anos de 2001 e 2002. Deste grupo, destaca-se que 18 são compostos por indicadores “não-monetarizados”, com preocupações sociais e humanas e 8 são indicadores sintéticos “monetarizados” com ênfase ambiental (GADREY; JANY-CATRICE, 2006).

Este tema ganhou grande importância com o agravamento da crise econômica, a tal ponto que, em fevereiro de 2008, o presidente francês Nicolas Sarkozy nomeou uma comissão denominada de “Comissão sobre a Medição do Desempenho Econômico e Progresso Social” (CMEPSP), presidida por Stiglitz, Sen e Fitoussi. Os objetivos foram identificar os limites do PIB como um indicador do desempenho econômico e do progresso social, considerando que as informações adicionais podem ser necessárias para a produção de indicadores mais relevantes do progresso social e ainda avaliar a viabilidade de ferramentas de medição alternativas (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2008).

O relatório CMEPSP conceitua 'bem-estar' como sendo multidimensional, compreendendo: i) condições materiais de vida; ii) características subjetivas, como as avaliações das pessoas e o afeto; iii) saúde; iv) educação; v) atividades pessoais, incluindo o trabalho; vi) voz política e governança; vii) as conexões e relações sociais e viii) a insegurança, de natureza econômica, bem como física (HALL *et al.*, 2010).

Em dezembro de 2010, outro relatório foi apresentado ao Conselho Ministerial franco-alemão pelo Conselho de Análise Econômica (CAE) francês e pelo Conselho Alemão de Especialistas em Economia (GCEE), com base nos

resultados da CMEPSP. Neste relatório discute-se como a abrangência e precisão de um conjunto de indicadores podem ser negociadas de forma ideal, com parcimônia e custos acessíveis, para fornecer uma base confiável na elaboração regular de relatórios, em tempo hábil e de fácil entendimento, em três questões fundamentais: desempenho econômico, qualidade de vida e sustentabilidade (CAE & GCEE, 2010).

Algumas das questões foram levantadas por este relatório: como melhorar o monitoramento do desempenho econômico a fim de permitir que os tomadores das decisões políticas avaliem o estado das coisas e reajam em tempo hábil e de forma adequada quando as crises surgirem? Como ampliar a nossa perspectiva, passando de seu foco atual sobre o desempenho econômico para uma avaliação da qualidade de vida de forma mais geral, a fim de apreciar o que realmente importa para o bem-estar humano? E como projetar sinais de alertas que informem sempre a melhor forma de organizar a vida sem pôr em perigo a sustentabilidade, a fim de corrigir o curso de ação para o bem das próximas gerações?

Tanto o relatório do CAE & GCEE quanto o da CMEPSP afirmam que a abordagem de um único indicador para medir o progresso humano é no mínimo insuficiente. Uma sugestão apresentada nos dois casos é integrar os relatórios estatísticos abrangentes em um painel de indicadores. Reconhece-se que o monitoramento do bem-estar material é um requisito indispensável para a política econômica sensata e que a vida é mais do que bem-estar material. Como o progresso humano em aspectos não materiais é difícil de capturar, é prudente tomar o longo prazo como perspectiva, destacando as consequências do comportamento humano não modificado (CAE & GCEE, 2010).

No quadro 1 estão relacionados os indicadores propostos para a União Europeia, na tentativa de iniciar a discussão sobre um equilíbrio adequado entre a abrangência e a relação do desempenho econômico, estado de bem-estar material e imaterial e da sustentabilidade ambiental. Para maiores detalhes a respeito destes indicadores, pode-se consultar o relatório do CAE & GCEE (2010) e Stiglitz, Sen e Fitoussi (2008).

Quadro 01 - Painel proposto para o monitoramento do desempenho econômico, da qualidade de vida e da sustentabilidade

Performance Econômica	Qualidade de Vida	Sustentabilidade
- PIB <i>per capita</i>	- Saúde: anos potenciais de vida perdidos	- Setor privado formação capital fixo (% do PIB)
- PIB por horas trabalhadas como uma medida de produtividade econômica	- Educação: Alunos (ISCED 1-6) com idade entre 15 e 24 anos	- P & D de investimento (% do PIB)
- Taxa de emprego do grupo etário 15-64 anos	- Atividades pessoais: Empregados que trabalham em turnos	- Equilíbrio fiscal ciclicamente ajustado (% do PIB)
- Renda nacional líquida <i>per capita</i>	- Voz política e governança: Voz e <i>Accountability</i>	- Déficit de sustentabilidade fiscal - S2 ⁵
- Despesa de consumo final <i>per capita</i> , incluindo o consumo do governo	- Conexões e relações sociais: Frequência de tempo gasto com as pessoas no esporte, cultura, organização comunitária	- Total de crédito privado para lacuna PIB
- Uma medida de distribuição	- Condições ambientais: Exposição da população	- Equidade real diferença de preço

⁵ O déficit de sustentabilidade fiscal indica o ajuste do saldo estrutural primário necessário para cumprir a restrição orçamentária intertemporal num horizonte infinito. Assim, se o indicador S2 mostra uma necessidade de ajuste de, digamos, 3 pontos percentuais, isto significa que as despesas públicas (receitas) têm de ser permanentemente reduzidas (aumentadas) em 3 pontos percentuais do PIB, a fim de se alcançar uma posição fiscal sustentável. O indicador S2 pode ser calculado como a soma dos dois componentes. Em primeiro lugar, é preciso estimar o ajuste que é necessário para estabilizar o rateio da dívida em relação ao PIB. E em segundo lugar, é preciso avaliar as necessidades de ajuste adicionais causados pelo aumento dos gastos devido ao envelhecimento da população. Os ajustes necessários são sempre expressos como as melhorias de ponto percentual exigido do saldo estrutural primário.

internacional harmonizado de lucro líquido por unidade de consumo (rateio S80/S20 quartil de renda; Índice de Gini)	urbana à poluição do ar por partículas	
	- Taxa não em risco de pobreza: a insegurança pessoal e econômica	- Real diferença de preço propriedade
		- Nível de emissões de gases de efeito estufa
		- As emissões de gases de efeito estufa <i>per capita</i>
		- A produtividade dos recursos (PIB em relação ao não-renovável: Entrada de Materiais Doméstica, DMI)
		- O consumo de recursos (Material Interno não renovável Consumo - DMC, <i>per capita</i>)
		- Biodiversidade (indicador preliminar: bird Index)

Fonte: Adaptado de CAE & GCEE (2010).

A CMEPSP destacou as falhas do PIB para refletir tanto a sustentabilidade quanto o bem-estar. O PIB per capita sozinho não é um bom indicador, pois ele pode indicar um crescimento, embora para a maioria dos cidadãos os rendimentos estejam em declínio (como vem acontecendo nos Estados Unidos). O PIB se concentra no total da produção no país, e não sobre os rendimentos auferidos pelas pessoas, e não leva em conta a degradação ambiental ou o esgotamento dos recursos, ou, mais amplamente, a sustentabilidade. Os Estados Unidos e Argentina fornecem exemplos de países cujo crescimento

parecia ser vantajoso, mas ambos foram pautados em dívidas insustentáveis, usadas para financiar apenas o aumento do consumo, deixando de lado os investimentos (FITOUSSI; SEN; STIGLITZ, 2010).

O contexto do sistema capitalista concentrador de capital e renda

Nesta seção, pretende-se apontar os principais aspectos que compõem o contexto do modelo atual de capitalismo vigente, os quais se constituem em resistências para a adoção dos novos indicadores voltados para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Uma globalização que serve aos dominantes

Bourdieu (2001) mostra a globalização como um processo de unificação e de concentração do campo econômico, que antes permanecia circunscrito às fronteiras nacionais. Enfatiza que esse processo não pode ser visto somente como resultado de fatores técnicos, como o surgimento de novos meios de comunicação e transporte. Resulta, sobretudo, de fatores jurídico-políticos como a liberalização e a desregulamentação, os quais visam suprimir todos os obstáculos, em sua maioria ligados ao Estado-nação.

Portanto, a globalização não é um efeito das leis da economia, mas o resultado de uma política mais ou menos acordada e implementada por um conjunto de agentes e de instituições. Visa à liberalização do comércio, criando as condições de dominação, ao permitir o confronto de agentes e empresas de economias emergentes com as forças produtivas e os modos de produção mais eficientes e poderosos. Nas economias emergentes, o desaparecimento das proteções tem por finalidade suprimir todos os obstáculos ao investimento estrangeiro, acarretando a ruína das empresas nacionais, as quais são adquiridas pelas multinacionais, muitas vezes por preços muito baixos (BOURDIEU, 2001). A unificação e integração, ao invés de gerar um processo de homogeneização, contribuem para uma concentração de poder e para a exclusão social de parte da população integrada (BOURDIEU, 1998).

Ressalta-se, ainda, que a globalização como um processo de unificação do campo mundial da economia e das finanças é organizada com base no modelo da economia da sociedade norte-americana. Neste contexto, os EUA

ocupam uma posição dominante, graças a um conjunto de vantagens competitivas financeiras, econômicas, políticas e militares, culturais e linguísticas, bem como simbólicas. (BOURDIEU, 2001).

Outra questão a ser destacada é a dosimetria e a lógica de “dois pesos, duas medidas”, que permite que os dominantes, principalmente os Estados Unidos, recorram ao protecionismo e aos subsídios que eles mesmos proíbem aos países em desenvolvimento. Portanto, esse modelo de globalização visa estender ao mundo, de forma unilateral, o modelo mais favorável aos dominantes (BOURDIEU, 2001). Para Stiglitz (2002) é hipocrisia achar que se ajudam os países em desenvolvimento quando são obrigados a abrir seus mercados às nações desenvolvidas, ao mesmo tempo em que estas protegem seus próprios mercados com subsídios e barreiras. Essas políticas deixam os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.

Stiglitz (2002) observou, quando participou do governo norte-americano, que na maioria das vezes as decisões eram tomadas por causa de ideologias ou de política. Muitas ações tomadas de forma impensada, embora não resolvam os problemas em questão, são convenientes aos interesses ou às convicções daqueles que ocupam o poder.

A globalização em si não é nem boa e nem ruim, mas na sua forma atual, para muitos países, ela se assemelha a um desastre emergente (STIGLITZ, 2002). Aktouf (2005) chama a forma atual de globalização neoliberal.

A seguir será visto como o processo de globalização está diretamente ligado à política e à economia defendidas pelo modelo capitalista que sempre foi centrado no neoliberalismo.

A aplicação política da utopia neoliberal

Fiori (1998) esclarece que, embora em relação ao papel do Estado e das políticas públicas não haja diferença entre o neoliberalismo e o velho liberalismo, cuja ideia motora é “o menos de Estado e política possível”, há uma diferença fundamental entre os dois. O “neoliberalismo aparece como uma vitória ideológica que abre portas e legitima uma espécie de selvagem vingança do capital contra a política e contra os trabalhadores” (FIORI, 1998, p. 215). É

contra a obra de intervenção igualitária do *welfare state* que se insurge o fundamentalismo liberal.

Segundo Fiori (1998), a vitória do neoliberalismo pode ser explicada, em linhas amplas, em quatro etapas. A primeira, marcada por um tempo de resistência ou clandestinidade, durante os longos anos de hegemonia e sucesso do pensamento keynesiano. Na segunda etapa, há um avanço que se dá a partir dos anos 60. Na terceira etapa há a passagem do neoliberalismo do campo da teoria para o campo da política, com a chegada das forças liberal-conservadoras ao poder, com Thatcher em 1979 na Inglaterra, Reagan nos Estados Unidos, em 1980 e com o Helmut Kohl na Alemanha, em 1982. Na quarta etapa, com a queda do mundo comunista, estas ideias se transformam em utopia quase religiosa, com a sua expansão para a América Latina (FIORI, 1998).

Bourdieu (1998) ressalta que o neoliberalismo é a prática de uma utopia convertida em programa político. Tem sua origem em uma pura ficção matemática, fundamentada numa formidável abstração, sendo originalmente “dessocializada e des-historicizada”. Essa teoria se apresenta sob a aparência da inevitabilidade, através de todo um conjunto de pressupostos que são impostos como óbvios e, com isso, tende a favorecer globalmente a ruptura entre a economia e as realidades sociais. O social é “deixado de lado e abandonado aos sociólogos como uma espécie de entulho” (BOURDIEU, 1998, p. 44).

Para Aktouf (2004), o que é apresentado como neoliberalismo é na verdade um antiliberalismo, pois o seu sentido vai contra ou além do liberalismo, que originalmente tenta utilizar diversos mecanismos para instaurar uma certa ordem, controle e estabilidade sobre os mercados mundiais.

É importante, ainda, observar o cenário em que o neoliberalismo ocorre e se fortalece. Campbell e Lindberg, citados por Bourdieu (2006), destacam que as organizações não competem apenas entre si, mas também pelo poder sobre o poder do Estado, ou seja, sobre o poder de regulamentação e sobre os direitos de propriedades. Por meio do conflito indireto, fazem uso do poder estatal de que dispõem para controlar e orientar o Estado de acordo com seus interesses.

Um exemplo esclarecedor sobre a aplicação da política neoliberal é visto no estudo de Batista (1994) sobre a aplicação dos ideais neoliberais aos países latino-americanos, por meio do Consenso de Washington. Após uma política

inicial de ajuda financeira através de empréstimos aos países latino-americanos, os Estados Unidos provocaram a alta dos juros internacionais, elevando de forma vertiginosa as dívidas dos países tomadores de empréstimo. O que se viu foi que os países endividados perderam grande parcela de sua autonomia de decisão para a formulação e execução da política macroeconômica e se transformaram em importantes exportadores líquidos de capital. “A estagnação, quando não a recessão, foi o alto preço pago pelos latino-americanos para reescalonar suas dívidas” (BATISTA, 1994, p. 16).

Trata-se, portanto, de uma versão mais sutil das antigas políticas colonialistas. (BATISTA, 1994). A estratégia de corte neoliberal, tirou do Brasil quase todos os espaços para o exercício das políticas públicas. Como resultado verificou-se o aumento do desemprego, a desaceleração do crescimento e o aumento exponencial da dívida pública (FIORI, 1998).

O Consenso de Washington teve a austeridade fiscal, a privatização e a liberalização de mercado como seus três pilares de recomendação. Suas políticas foram utilizadas como um fim em si, sendo postas em prática em excesso e depressa demais, excluindo outras políticas que se faziam necessárias. A velocidade com que o Fundo Monetário Internacional (FMI) impunha tais medidas acarretou custos muito altos aos países que não estavam suficientemente bem estruturados para suportá-las (STIGLITZ, 2002).

Portanto, entender como se deu a vitória ideológica do neoliberalismo é fundamental para se entender porque esse sistema tem as atuais características, as quais favorecem um processo de globalização marcado pelas desigualdades socioeconômicas e pelo domínio de umas nações sobre as outras. Nesse contexto, não interessa o uso de indicadores alternativos de desenvolvimento, uma vez que eles tendem a expor ainda mais os efeitos deste tipo de doutrina.

O poder do sistema financeiro

A “financeirização” da economia

O contexto da globalização favorece a formação de um campo econômico mundial, sobretudo no domínio financeiro (BOURDIEU, 2001). Observa-se que, cada vez mais, há uma tendência a existir “organizações sem

fábricas”, para a transferência desregulamentada das atividades de produção para outras localidades, apostando na exploração de uma mão de obra fragilizada. Como resultado, tem-se a mudança do setor produtivo da economia real para a posição de *holding*⁶ financeira, a qual tem por objetivo multiplicar o dinheiro pelo dinheiro, a qualquer custo, sem se preocupar com o emprego, nem com o bem-estar da sociedade e, menos ainda, com a preservação do meio-ambiente (AKTOUF, 2004).

O dinheiro concentrado pelos grandes investidores se transforma em uma força autônoma, controlada pelos banqueiros. Estes passam a privilegiar cada vez mais as operações com fins somente financeiros, deixando de lado o investimento produtivo (BOURDIEU, 2001).

A arma do contexto da globalização é a “financeirização” da economia. Seu braço armado é uma administração à norte-americana, que se utiliza de um discurso que é financeiro e administrativo, centrado em negócios e dinheiro, em concordância com o discurso das instâncias reguladoras mundiais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outras (AKTOUF, 2004).

Essas instituições são controladas pelos grandes investidores e servem para garantir as condições favoráveis à condução de suas atividades econômicas (BOURDIEU, 2001). Para Stiglitz (2002), as referidas organizações, juntamente com os ministérios da fazenda e do comércio, intimamente ligados a determinados interesses financeiros e comerciais, dominam a cena e formam o que pode ser chamado de governança global sem governo global.

A força do mercado financeiro talvez explique o que Stiglitz (2010) considera um dos aspectos estranhos do sistema tributário norte-americano, que é o fato de os impostos sobre os lucros de capital serem muito mais baixos que os incidentes sobre o trabalho. Isso demonstra que há um melhor tratamento dado aos especuladores e apostadores do que às pessoas que trabalham duro para sobreviver.

Diante do exposto, é possível perceber que a “financeirização” da economia contribui para a concentração de renda. Por isso o não interesse em

⁶ *Holding* é uma empresa cuja atividade principal é a participação acionária majoritária em outra empresa, da qual detém o controle de sua administração e suas políticas empresariais.

indicadores que coloquem à mostra este lado perverso do modelo de capitalismo.

A influência e o apoio político ao sistema financeiro

Após os resultados da crise dos anos 30, nos Estados Unidos, os artífices do *New Deal*⁷ lutaram para corrigir esses problemas insidiosos, através da instituição de uma estrutura regulatória. Mas, desde que Ronald Reagan assumiu a presidência na década de 80, a política de desregulação vem se ampliando (STIGLITZ, 2010).

A crise financeira de 2008 resultou deste processo de desregulamentação, por meio da criação de uma pirâmide artificial sofisticada de títulos securitizados, baseados em hipotecas do mercado *subprime*, comercializados internacionalmente. Assim, uma crise de um segmento específico do sistema financeiro norte-americano se propagou pelo mundo (AKB, 2008).

Através de uma análise da forma como os governos de Bush e Obama lidaram com a crise financeira de 2008, Stiglitz (2010) concluiu como é forte a influência política do sistema financeiro e o apoio e proteção que este recebe do governo norte-americano.

Além da desregulação, que deixa o sistema financeiro “livre” para lucrar com os altos riscos assumidos, há outra medida que demonstra seu apoio e a influência política obtida. Trata-se da forma como, nos momentos de crise, os governos norte-americanos intervêm na economia para recuperá-la, resgatando, com dinheiro público, as instituições que entrariam em falência.

Na crise de 2008 o governo deveria ter atuado de acordo com as regras do capitalismo e forçado a reorganização (reestruturação) financeira, em que o governo assume temporariamente um banco, fazendo com que os acionistas sofram as perdas e os credores passem a ser os novos acionistas do novo banco. Porém, o que se viu foi o resgate de instituições “grandes demais para

⁷ O New Deal foi o nome dado a um conjunto de programas implementados nos [Estados Unidos](#) entre [1933](#) e [1937](#), pelo presidente [Franklin Delano Roosevelt](#), objetivando recuperar a economia norte-americana afetada pela [Grande Depressão](#). Foi inspirado nas ideias do economista John Keynes, que visavam a intervenção do Estado na economia (em contraposição ao liberalismo) para tomar medidas econômicas para garantir o pleno emprego dos trabalhadores, procurando favorecer uma redistribuição de lucros, de forma que o poder aquisitivo dos consumidores aumentasse conforme o crescimento dos meios de produção.

falir". O resultado é que, neste caso, o contribuinte é quem paga a conta, pois o resgate dos bancos é feito com o dinheiro público, elevando a dívida pública do país (STIGLITZ, 2010).

Em síntese, a forma como o governo tem atuado, sempre favorece as instituições financeiras em detrimento dos cidadãos comuns, uma vez que, aumentando-se a dívida pública, reduz-se o dinheiro público a ser utilizado com saúde, educação e assistência social.

O poder simbólico

Segundo Bourdieu (2000, p. 7-8), o poder simbólico (capacidade de conversão e exercício das três diferentes formas de poder: econômico, social e cultural) pode ser definido como o "poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem". Desta forma, afirma que o conceito de globalização ou neoliberalismo é uma expressão do poder simbólico exercido pelos dominantes no espaço social global no intuito de construir uma realidade a fim de induzir ao que Durkheim denomina de conformismo lógico, ou seja, uma uniformidade de pensamento e de ação no tempo, no espaço, no número e na causa, entre os dominados. Objetiva legitimar o poder dos dominantes e as desigualdades econômicas e sociais resultantes do processo de "(des)integração" das economias mundiais.

Habermas (1980), afirma que, com a ampliação da produção de bens e serviços e do comércio mundial, o Estado deixou de exercer a função de agente de integração social dentro do sistema social, para assegurar os pré-requisitos estruturais do processo de reprodução do sistema capitalista:

Com o aparecimento de uma esfera, livre do estado, de comércio entre proprietários privados autônomos de mercadorias, isto é, com a industrialização de independentes estados de mercados de bens, capitais e trabalhos e o estabelecimento do comércio mundial, a "sociedade civil" é diferenciada a partir do sistema político-econômico. Isto significa uma despolitização do relacionamento de classe e uma anonimização da dominação de classe. O estado e o sistema de trabalho social politicamente constitucional não são mais o núcleo institucional do sistema como um todo. Em vez disso, o estado racional moderno cujo protótipo Max Weber analisou, torna-se o

arranjo complementar para o comércio de mercado auto-regulativo. Externamente o Estado ainda assegura, por meios políticos, a integridade territorial e a competição da economia doméstica. Internamente o meio de controle anteriormente dominante, poder legítimo serve acima de tudo para manter as condições gerais de produção, que tornam possível o processo regulador de mercado da realização do capital. A troca econômica torna-se o meio dominante de condução (HABERMAS, 1980, p. 34).

Logo, a realidade social do comportamento dos indivíduos e a ação do Estado estão sob a influência do poder simbólico do neoliberalismo, que determina os fenômenos materiais ou de ideias, crenças e hábitos externos (MISOCZKY, 2003). O maior objetivo dos neoliberais é a maximização do lucro e suas decisões são guiadas apenas por interesses dos próprios capitalistas e não pelos interesses coletivos nas questões econômicas, sociais e ambientais.

A plutocracia

Para Weber (2012) a classe economicamente dominante exerce uma influência sobre o Estado que pode ser denominada de plutocracia e ocorre geralmente em função da necessidade de ajuda do poder político atual ou da criação ou recriação de outro poder político para obter vantagens econômicas e sociais. Afirmando que a burocracia é um instrumento preciso disponível para atuar nos interesses da dominação política, econômica ou social e ainda que “geralmente uma equiparação legalista e a eliminação de grupos locais solidamente estabelecidos, manejados por notáveis, tem andado lado a lado com uma expansão da atividade capitalista” (p. 63-64).

Tragtenberg (1971), por sua vez, relata que a classe dominante, detentora dos meios de produção, faz uso do aparelho burocrático para exercer o poder político aos demais segmentos da sociedade, a fim de legitimar seu poder de exploração, transformando as funções de organização e supervisão da burocracia em um monopólio do poder político.

O discurso dominante

Santos (2005, p. 18) relata que os serviços de informação realizam a construção do imaginário idealizado do neoliberalismo:

[...] o que é imposto aos espíritos é um mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento de todos os contextos para consagrar um discurso único. Seus fundamentos são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e pessoal.

Os interesses das decisões e das ações do Estado, ou das autoridades públicas, são unilaterais e não beneficiam a todos os atores sociais, na maioria das vezes não são noticiados os fatos relacionados aos conflitos de interesses e às disputas pelo poder (ROSA FILHO; MISOCZKY, 2006).

Bourdieu (1997), afirma que as notícias são dadas no contexto de variedades e que não possuem como objetivo informar, mas sim procuram destacar acontecimentos que não choquem o leitor/telespectador, que não envolvam disputas, que não dividam a opinião, mas que formem o consenso, ou seja, que interessem a toda a massa, sem que de um modo geral não mostrem ou relatem nenhum fato importante. Desta forma o tempo, que é um dos recursos mais escassos do indivíduo, é usado para coisas fúteis que ocultam coisas preciosas. Isto é, o público torna-se alienado frente à informação que lhes é passada já que todos os meios de comunicação mostram praticamente as mesmas notícias com os mesmos dados, transformando-as em fatos verdadeiros.

Santos (2005) exemplifica que a insistência em relatar a morte do Estado e a sua ineficiência nada mais é do que uma tentativa de disfarçar, na prática, o seu fortalecimento no intuito de atender aos interesses das finanças e outros grandes interesses internacionais em detrimento aos cuidados a serem dispensados às populações como o fornecimento de uma educação e saúde de qualidade.

Se não há nada a se opor à visão neoliberal, se ela se apresenta como desprovida de alternativa, é porque há todo um trabalho de doutrinação simbólica, do qual participam os jornalistas e cidadãos e, ativamente, certo número de intelectuais (BOURDIEU, 1998).

Consequências do contexto de globalização neoliberal

As principais consequências negativas desse contexto recaem sobre a coletividade e sobre as pessoas que tem menos capital econômico, social e

cultural. Bourdieu (1998) ressalta que há um “programa de destruição metódica dos coletivos”, uma vez que a economia neoclássica quer lidar apenas com o indivíduo. O movimento em direção à utopia neoliberal se realiza através da ação destruidora de todas as medidas políticas, colocando em risco todas as estruturas coletivas que são capazes de resistir à lógica do mercado puro e perfeito, quais sejam a nação, os grupos de trabalho, os coletivos de defesa dos direitos dos trabalhadores e até mesmo a família. Aktouf (2005) também enfatiza que a prevalência da lógica do capital sobre os interesses coletivos tem promovido retrocessos de avanços sociais já conquistados pelos trabalhadores, além de reduzir as possibilidades de sustentação do desenvolvimento econômico mundial.

Stiglitz (2002) observa que a globalização nos moldes atuais não está dando certo para muitos dos pobres do mundo, para grande parte do meio ambiente e nem para a estabilidade da economia global. Verifica-se a corrupção de processos políticos e crises que trouxeram em seu rastro o desemprego em massa. O afrouxamento dos controles sobre os mercados de capitais favoreceu os influxos de capital especulativo para países emergentes. O escoamento abrupto desse dinheiro deixou para trás moedas correntes falidas e sistemas bancários enfraquecidos.

É importante enfatizar que o efeito principal deste modelo de globalização é a maior concentração de renda e da riqueza, provocando o distanciamento cada vez maior entre os mais ricos e os mais pobres, tanto entre as nações e regiões quanto entre as pessoas. Aktouf (2004) exemplifica que durante os anos 90 os países ricos aumentaram o valor de suas exportações de \$1.938 por habitante contra \$51 para os países pobres.

Há, também, a redução exponencial da demanda global efetiva, provocada pela necessidade de se aumentar as taxas de desemprego ou de se deslocar a produção para regiões com salários mais baixos, gerando uma espiral autoalimentada de pauperização global. Para Myrdal (1968) *apud* Cardoso, o comércio internacional provoca e perpetua as crescentes desigualdades entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, o que dificulta a formação de capital e explica a permanência do chamado círculo vicioso da pobreza. (CARDOSO, 2012). Assim, para fazer lucros, o capital busca degradar os próprios

fatores que permitem a sua existência, procurando atingir níveis de lucros que matam lucros (AKTOUF, 2005).

Isso acontece porque a globalização neoliberal leva o emprego até onde os trabalhadores puderem suportar os tratamentos mais desumanos, onde houver menos sindicatos, menos proteção e onde os estados permitam este modo de tratamento da mão de obra, assim como a superexploração da natureza (AKTOUF, 2005).

O círculo vicioso decorrente é infernal e temível em sua expansão inexorável: combinar estratégias de "emagrecimento" e deslocamentos que acabam por matar, constantemente, um assalariado existente para gerar outro, forçosamente e de maneira "exponencial", mais mal remunerado, menos qualificado, menos exigente, menos protegido (AKTOUF, 2005, p. 30).

Como resultado, ocorre a crescente concentração de riqueza e renda entre pessoas e nações, aumentando as desigualdades. A esse respeito, Stiglitz (2013) procura mostrar o preço da desigualdade, explicando os motivos pelos quais a criação de uma sociedade mais igualitária pode criar uma economia mais dinâmica.

Considerações finais

Neste artigo, procurou-se apontar a existência de vários indicadores alternativos de desenvolvimento econômico, social e ambiental, assim como apresentar aspectos sobre o contexto político-econômico que oferecem resistências à utilização desses indicadores. Argumenta-se que o seu uso apontaria necessidades de mudanças não convenientes aos interesses dos defensores do modelo atual de globalização, centrada em um capitalismo sustentado pela teoria neoliberal que, conforme Bourdieu (1998), advém da aplicação de modelos matemáticos abstratos que não consideram fatores sociais e históricos. Esse modelo tem como principais consequências o domínio de algumas nações sobre outras, o fortalecimento do poder do capital financeiro, a concentração da riqueza entre as pessoas, regiões e nações e o consequente aumento dos níveis de pobreza, tanto em alguns países desenvolvidos (STIGLITZ, 2013), quanto no restante do mundo (AKTOUF, 2005).

A utilização exclusiva do PIB esconde as verdadeiras diferenças entre as pessoas e entre nações. Como exemplo, quando se utiliza apenas indicadores econômicos, os Estados Unidos sempre aparecem nas primeiras posições do ranking mundial. Porém, quando se incorpora medidas que levam em conta a desigualdade, os Estados Unidos ocupam a vigésima terceira posição, atrás de todos os países europeus. Por isso, deve ficar claro que o êxito de uma economia só pode ser avaliado quando se analisa o que acontece aos padrões de vida da maioria dos cidadãos e por um período de tempo continuado (STIGLITZ, 2013).

Stiglitz (2011) argumenta que as longas experiências em crescimento e estabilidade, tanto dos países desenvolvidos quanto dos subdesenvolvidos, assim como o entendimento teórico profundo sobre as limitações dos mercados e economias, sustentam uma nova estrutura de abordagem para o desenvolvimento. O autor propõe o foco na sociedade do aprendizado em que acumulação, adaptação, produção e transferência do conhecimento são o centro do desenvolvimento. Assim, chama a atenção para o fato de que os mercados não dão conta desse papel. O conhecimento por si mesmo é um bem público e, por isso, o Estado não teria somente um papel restritivo, mas um papel bem maior, mais construtivo e catalizador, promovendo o empreendedorismo, provendo infraestrutura social e física, garantindo o acesso à educação e às finanças, oferecendo suporte à tecnologia e inovação.

Outra questão a ser ressaltada é a necessidade da mudança de uma visão centrada exclusivamente na competição. Aktouf (2007) apresentou antigas e recentes defesas empíricas e teóricas para a cooperação e argumentou que sua combinação com a competição leva à geração de uma riqueza melhor balanceada, seja regional, nacional ou global. Citou exemplos sobre negócios cooperativos e enfatizou a necessidade do comportamento cooperativo para enfrentar os riscos de fragmentação resultantes de comportamentos hegemônicos.

Em resumo, a utilização dos indicadores alternativos e complementares de desenvolvimento resolve apenas uma parte do problema, que é a realização de um diagnóstico mais preciso sobre as condições de vida das pessoas.

As mudanças necessárias, no entanto, envolvem questões político-econômicas profundas que remetem a uma discussão teórica quanto ao papel do Estado e dos mercados. É preciso reforçar o debate em torno das políticas neoliberais vigentes, retomando e apresentando as alternativas de políticas públicas e conquistas trabalhistas como as propostas e implementadas pelo *welfare state*. A geração atual, tão cônica da necessidade de questionar as consequências das ações governamentais por meio de manifestações organizadas por redes sociais, precisa extrapolar a visão estreita de ataque ou defesa a partidos políticos ou pessoas. Precisa focar e embasar o seu discurso em argumentos que remetem ao papel de um Estado alternativo ao atual, que um dia vigorou pelo menos em algumas partes do mundo. Em outras palavras, é preciso questionar o papel do Estado e dos mercados, clamando por direitos sociais que estão aos poucos sendo erodidos pela aplicação de um modelo político-econômico concentrador de capital e poder, o qual exclui de sua agenda as políticas públicas necessárias para permitir o bem estar da maior parte da população.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA (AKB). 2008. **Dossiê da crise. Novembro. p. 82.** Disponível em: <http://www.akb.org.br/upload/080820121726488142_AKB_DOSSI%C3%8A_DA_CRISE.pdf>. Acesso em 25 nov. 2014.

AKTOUF, O. 2004. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do Avestruz.** São Paulo: Atlas.

AKTOUF, O. 2005. Auditoria, governança e responsabilidade corporativa no quadro do capitalismo neoliberal globalizado: uma análise radical-crítica. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 19-34, dezembro. Acesso em: 25 out. 2013.

AKTOUF, O. 2007. Cooperação como condição necessária para criação de riqueza, regional, nacional e global. **Revista de Administração da FEAD-Minas**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 09-31, junho. Acesso em: 25 out. 2013.

BATISTA, P. N. 1994. **O Consenso de Washington:** a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo. Disponível em: http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf. Último acesso em: 10 Dez. 2013.

BOURDIEU, P. 1997. **Sobre a televisão seguido de a influência do jornalismo e os jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BOURDIEU, P. 1998. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar.

BOURDIEU, P. 2000. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, P. 2001. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Zahar.

BOURDIEU, P. 2006. **As estruturas sociais da economia**. Porto: Campo das Letras.

CARDOSO, F. G. 2012. O Círculo Vicioso da Pobreza e a causação Circular Cumulativa: Retomando as Contribuições de Nurkse e Myrdal. **Informações FIPE**. Temas de Economia Aplicada. p. 13-18. Agosto. Disponível em: <http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2012/8_13-18-fern.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2014.

CONCEIL D'ANALYSE ÉCONOMIQUE and GERMAM COUINCIL OF ECONOMIC EXPERTS (CAE & GCEE). 2010. Monitoring economic performance, quality of life and sustainability. **Joint report as requested by the Franco-German Ministerial Council**, december. Acesso em: 26 out.2013.

FIORI, J. L. 1998. **Os moedeiros falsos**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes

FITOUSSI, J.; SEN, A.; STIGLITZ, J.E. 2010. Mismeasuring our lives: why GDP doesn't add up. New York: The New Press. (**The Report of the Commission in the Measurement of Economic Performance and Social Progress, also known as the Sarkhozy Commission**). Acesso em: 22 out.2013.

GADREY, J. 2001. Régimen de crecimiento, régimen de productividad: ¿es posible pensar las regulaciones posfordistas con conceptos fordistas? **Noticias de la regulación**. n. 39, diciembre. Acesso em: 26 out.2013.

GADREY, J.; JANY-CATRICE, F. 2006. **Os novos indicadores de riqueza**. São Paulo: Editora Senac.

HABERMAS, J. 1980. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Edições tempo Brasileiro.

HALL, J.; GIOVANNINI, E.; MORRONE, A.; RANUZZI, G. 2010. A framework to measure the progress of societies. **OECD Statistics working papers**, may. Acesso em: 27 nov.2013.

MISOCZKY, M. C. A. 2003. Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea – RAC**, Edição Especial, p. 09-30.

ROSA FILHO, D. de S.; MISOCZKY, M. C. A. 2006. Proposta de referencial de análise de políticas públicas fundamentado em relações sociais mediadas pela linguagem, relações de poder e razão prática. **Anais**. 30º Encontro da

Associação Nacional de Pesquisa em Administração – ANPAD. Salvador, 23 a 27 de setembro.

SANTOS, M. 2005. **Por uma nova globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12ª edição. Rio de Janeiro: Record.

STIGLITZ, J. E. 2002. **A globalização e seus malefícios**. 3ª edição. São Paulo: Futura.

STIGLITZ, J. E. 2010. **O mundo em queda livre**: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.

STIGLITZ, J. E. 2011. Rethinking development economics. **The World Bank Research Observer**, v. 26, n. 2, p. 230-236. Acesso em: 26 nov.2013.

STIGLITZ, J. E. 2013. **O preço da desigualdade**. 1ª edição. Lisboa: Bertrand.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. 2008. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. **CMEPSP-Issues Paper**. Acesso em: 26 nov.2013.

TRAGTENBERG, M. 1971. A teoria Geral da Administração é uma ideologia? **Revista de Administração de Empresas – RAE**. Rio de Janeiro, p. 7-21, out/dez.

WEBER, M. 2012. O que é a burocracia? Brasília: Conselho Federal de Administração – CFA. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/o-que-e-a-burocracia/livro_burocracia_diagramacao_final.pdf>. Último acesso em: 09 dez.2013. Segundo o link <<http://www.cfa.org.br/servicos/news/cfanews/versao-traduzida-da-obra-201co-que-a-burocracia-201d-e-elogiada-no-linkedin>>, essa é uma versão português lançada pelo Conselho Federal de Administração em 2012.

Recebido em: 06/09/2014
Aprovado em: 21/12/2014